

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas**  
**29.06.2016**  
**PAOD – Intervenção sobre a EB1/JI Eça de Queiroz**

Na sequência das questões colocadas nas últimas sessões da Assembleia Municipal sobre a Escola EB1/JI Eça de Queiroz, os vereadores da CDU reuniram com a presidente da Associação de Pais e com alguns pais para melhor se inteirarem da situação.

Esta escola foi construída pela Obriverca como contrapartida da área de cedência em falta da Urbanização do Bairro de Jorge, e substituiu as duas salas em pré-fabricado anteriormente existentes. Foi inaugurada em fevereiro 2011 e passou a ter duas salas de pré-escolar e quatro de 1.º ciclo.

A Unidade Especializada de Apoio à Educação de crianças e jovens com Multideficiência que funciona nesta Escola, foi criada na EB1 da Amoreira em 1997, conhecida como a sala dos “Golfinhos”, passou para a EB1/JI dos Apréstamos no ano letivo 2010/2011 e posteriormente para a EB1/JI Eça de Queiroz, em 2011/2012.

**A primeira questão a colocar é saber porquê a transferência desta unidade para a Eça de Queiroz que apenas dispõe de 4 salas para o 1.º ciclo?**

Dessas 4 salas para o 1.º ciclo, que como é sabido tem 4 anos de escolaridade, a Escola ficou com 3 salas e por esse motivo, tem funcionado com turmas mistas, ou seja, turmas com alunos de anos escolares diferentes.

Da informação tornada pública na AM e da reunião realizada com a presidente da Associação de Pais e outros pais, sabemos que esta é uma questão com a qual os pais discordam desde o início. Fomos também informados pela presidente da Associação de Pais que já em 2013 a Sra. Vereadora da Educação terá assumido, em reunião com aquela Associação, que as turmas mistas deixariam de existir.

Ouvimos a intervenção do Sr. Presidente da Câmara na AM onde referiu que a questão reside no número de crianças inscritas para o 1.º ciclo, pelo que teria que haver sempre sobreposição de níveis, situação que nos causa alguma estranheza uma vez que na constituição das turmas deve ser tida em conta a rede escolar do 1.º ciclo existente no agrupamento Vasco Santana.

Neste sentido, vamos entregar um requerimento a solicitar várias informações, designadamente o n.º de crianças inscritas nas escolas EB1 daquele Agrupamento, por ano escolar para o próximo ano letivo.

Quanto à Unidade Especializada de Apoio à Educação de crianças e jovens com Multideficiência constatamos, pela leitura do relatório da autoridade de saúde, que aquela escola não dispõe das condições legalmente exigidas ao nível da mobilidade.

Na vistoria realizada em maio de 2016, entre os inúmeros problemas identificados na Escola, o relatório aponta que não existe acessibilidade ao 1.º piso [onde funciona a sala da Multideficiência] para pessoas com mobilidade condicionada porque o elevador está avariado e **recomenda** que deverá proceder-se à sua reparação com a máxima urgência [ponto 1.14].

### **Gostaríamos de saber se essa reparação foi efetuada.**

O relatório refere ainda, passo a citar:

Ponto 1.15 *“Tendo em conta o funcionamento da sala de apoio a crianças com necessidades de saúde especiais no 1.º piso, deverá dotar-se a instalação sanitária adaptada a pessoas com mobilidade condicionada existente, com base de duche acessível, devidamente equipado com as ajudas técnicas de modo a facilitar a higienização das crianças, de acordo com o Decreto-lei 163/2006 de 8 de agosto;*

Ponto 1.16 *“De forma a melhorar a acessibilidade das crianças com mobilidade condicionada ao pátio/recreio do piso 1, deverá ser colocada rampa na entrada de acesso ao corredor junto à sala de apoio a crianças com necessidades de saúde especiais.”* [fim de citação]

Perante isto, várias questões se colocam:

Como é que se transfere a Unidade Especializada de Apoio à Educação de crianças e jovens com Multideficiência para uma Escola sem acautelar que a mesma esteja dotada das necessárias condições para responder às exigências destas crianças?

Como se justifica que a Câmara Municipal não cumpra a legislação em vigor, particularmente numa situação em que está em causa o direito à educação para crianças cuja *condição* é já de grande vulnerabilidade?

Para terminar, gostaríamos de saber:

- Quais as medidas que foram ou vão ser tomadas para solucionar os problemas identificados pela autoridade de saúde.
- Sobre as turmas mistas, que diligências vai a Câmara Municipal desenvolver junto do Agrupamento de Escolas Vasco Santana no sentido de acabar com essa situação que é geradora de instabilidade para as crianças e para as famílias e pedagogicamente controversa.

A Escola Pública, de Qualidade e Inclusiva tem que ser verdadeiramente uma realidade para TODOS.

Os Vereadores da CDU

Odivelas, 29 de Junho de 2016